

PALAVRAS E COISAS EM "A CASA" DE NATÉRCIA CAMPOS

José Alves Fernandes

Exórdio: Rememoração.

O voluntário compromisso assumido para proferir a presente conferência na abertura deste seminário de Literatura Portuguesa e Brasileira proporcionou-me o feliz ensejo de fazer uma viagem sentimental de volta aos encantados tempos da minha estréia como Professor no Ginásio 7 de Setembro nos idos de 1953.

Foi então que conheci a menina-moça de 15 anos, Natércia Campos, cujo nome por centenas de vezes eu haveria de pronunciar ao fazer a chamada diária dos meus alunos de inglês de 1953, 1954 e 1955.

Dez anos mais tarde, ao ingressar como Professor Universitário na Faculdade de Letras da UFC, tive o prazer e a honra de conhecer como colega de Universidade a figura exponencial de Moreira Campos, a quem fui logo perguntando por notícias de Natércia e de seus irmãos Marisa e Cid que haviam sido igualmente meus alunos no mesmo já referido Ginásio 7 de Setembro.

A Natércia escritora, porém, ainda estava para nascer e aparecer. Com efeito, apenas em 1984, escreveria o seu primeiro texto literário, o conto "A Escada", consagrado pelo prêmio nacional de 1987, patrocinado pelo Banco Sudameris. Eram os primeiros raios da nova estrela que começava a brilhar no firmamento da nossa literatura. Já no ano seguinte de 1988 conquista o valioso prêmio da 4ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira com o livro "Iluminuras", mais uma vez na categoria "contos", consolidando-se de vez a sua vocação para o gênero.

Escreveria ainda outras obras, todas merecedoras das justificadas manifestações de apreço por parte da Crítica especializada.

Antes do seu "encantamento", termo que se aplica com a máxima justeza ao seu desaparecimento do nosso convívio, ainda encontrei Natércia, em circunstância memorável.

Foi por ocasião do lançamento do meu Dicionário de Formas e Construções Opcionais da Língua Portuguesa, no ano 2000, a que ela compareceu, cumprimentando-me com as seguintes palavras: Meu querido ex-professor de Inglês, que saudades!

Introdução: Razão do título da palestra.

Por que “Palavras e Coisas”? Entre meados do século XIX e meados do século XX ocorreu uma forte mutação de rumo no campo dos estudos lingüísticos no que diz respeito particularmente à evolução das palavras. Enquanto, até então, colocava-se toda a ênfase no estudo das leis fonéticas e dos metaplasmos para explicar a transformação dos elementos originários no produto representado pelas formas evolutivas resultantes desses processos, a partir de cerca de 1881, com o francês Gilliéron, nasce uma disciplina nova, a Geografia Lingüística, enfatizando a importância de outras abordagens, entre elas a de caráter histórico e etnográfico.

O aspecto das coisas, o seu formato, a sua inserção no mundo, na geografia ou na história, todas estas aderências passaram a entrar em linha de conta para o conhecimento e entendimento mais verdadeiro das palavras.

Estabelecia-se, assim, uma nova chave para a referência da axiologia das unidades da linguagem. A existência das palavras e a sua importância não se explica exaustivamente apenas pela explicação das transformações nos seus elementos constituintes do ponto morfológico-fonético originário até à sua forma gráfica ou sonora atualizada.

Desta maneira, não basta dizer, por exemplo, que “Moeda” em português vem de “Moneta”, em latim, mediante a síncope do “n” intervocálico e da sonorização do “t” em “d” em ambiente fonético idêntico. A história da palavra tem mais a nos dizer para que possamos entendê-la plenamente.

Na verdade “Moneta” era o epíteto aplicado à deusa Juno por ter ela em certa ocasião advertido os romanos sobre um tremor de terra que assolaria a Cidade. O termo se correlaciona com o verbo “monere”, que significa “advertir”, “prevenir”. Acrescente-se, ainda, que era no templo assim denominado que se cunhavam as moedas na Roma antiga.

Assim, a História teve de ser invocada para dar sentido à explicação fonética, só por si insuficiente para o pleno entendimento da palavra. Foi desta consideração que emergiu o título da presente palestra.

Muitos outros exemplos poderíamos apresentar para fortalecer essa idéia de procurar no mundo da realidade factual, da Natureza ou da História, o sentido integral do nosso instrumento de comunicação: as palavras – elementos expressivos do pensamento e possibilitadores da comunicação.

A motivação maior que nos levou a elaborar este exercício de apreciação da obra – *A Casa* - de Natércia Campos foi precisamente a revelação da maestria da Autora quanto ao domínio das palavras como expressão transfigurada, ou antes, transfiguradora das coisas. Por outras palavras, foi o prazer do texto, conseqüente ao seu nível de desempenho, que nos desafiou para uma leitura apreciativa da tessitura lingüística.

Ao conceber a idéia de uma casa falante, de uma casa personagem, assumia a Escritora a incalculável responsabilidade de sustentar o ônus de uma prosopopéia que só à custa de enorme criatividade poderia dotar o seu romance das características fundadoras de uma autêntica obra de arte.

Essa criatividade, porém, necessária ao cometimento em que se engajou, não poderia nunca prescindir de bases concretas assentadas no conhecimento da sua realidade ambiente ou circunstancial.

A construção literária de “*A Casa*” é o resultado integrado de uma formidável arregimentação de elementos lingüísticos qualificados, promovida por extraordinária capacidade compositiva de uma personalidade artística de nível realmente invulgar, vale dizer, a de um escritor de pulso.

O espírito que presidiu à elaboração do romance aparece logo como confissão explícita consubstanciada na primeira afirmação da personagem animizada – *A Casa* – quando afirma: Fui feita com esmero...

E logo a seguir, remetendo a responsabilidade das verdades do relato poético às forças misteriosas do mundo elemental, declara: contaram os ventos, antes que eu mesma dessa verdade tomasse tento.

Esse intróito – uma invocação às forças da natureza representa-

das pelos ventos – equivale à contrapartida do expediente clássico do apelo às musas, as divindades propiciadoras da inspiração épica, cujo patrocínio se fazia necessário para garantia do cometimento poético.

Merece uma ênfase especial o procedimento artístico da transferência de autoria da narrativa para um ente figurativamente personificado – A Casa que fala – pela vantagem sublinhada na afirmação de que não se trata de “uma história contada pelos homens”, de memória sempre muito curta e por isso mesmo inapta a dar conta do extenso repertório de acontecimentos e peripécias que compõem o percurso existencial de sucessivas gerações.

Enfatizando a construção lingüística do objeto por excelência aqui privilegiado, que é a casa, apresentamos como primeira instância exemplar da onisciência autoral da Escritora, a utilização exuberante do vocabulário arquitetural, capaz de nos propiciar o levantamento de um verdadeiro glossário da arte de construir. Sem nenhum receio de incidir numa hipérbole gratuita, poderíamos comparar o conhecimento da Autora neste particular ao de uma discípula de Vitruvius, patrono dos arquitetos romanos, ou de um Zake Tacla, arquiteto brasileiro, de reconhecida nomeada em âmbito nacional e especialista no campo da semasiologia arquitetural.

Com efeito, logo na página de abertura da obra, entre as partes e elementos materiais componentes ou constitutivos da construção da casa, encontramos a menção expressivamente representativa dos termos especializados: embasamento, pedras brutas, marrão, baldrames, esteios, cumeeira, vigamento, arcos, madeiramento, frechal, frontais, pavimento, vergas, vigas e caibros, ao todo quinze designações técnicas da arte de construir, às quais se juntam, na seqüência das descrições ao longo da obra, cerca de uma centena a mais de vocábulos, numa autêntica demonstração de domínio superior no conhecimento do vocabulário técnico da arte de construir.

Valerá a pena ressaltar que, a par da caprichosa enunciação de tais elementos, enriquece a Autora a arquitetura de seu texto, aditando traços explicativos comprobatórios do seu conhecimento das coisas, subsídio importante como já referimos, para a compreensão mais profunda da linguagem. Por esta forma, progride-se no estabelecimento necessário dessa via dupla do entrelaçamento entre as palavras e as coisas.

Exemplifiquemos mais dilatadamente esse recurso expressivo de que se vale com sintomática freqüência a nossa escritora-modelo.

Ao mencionar as “pedras brutas” usada na feitura do embasamento da casa, acrescenta, como em nota explicativa: “quebradas pelos homens a marrão” e ao referir-se aos “baldrames” explicita: “ensamblados nos esteios”. Por esta forma, a frase nuclear do período: “Meu embasamento deu-me solidez”, apresenta-se como que travejada por elementos justificadores da afirmativa, constituídos pela incidência das especificações inseridas à guisa de comentários suplementares.

Ao mencionar as madeiras de lei usadas na construção, pormenoriza: “têm o cerne de ferro, de veios escuros, violáceos” que “mal podiam ser lavradas”. Por essa forma promove a caracterização expressiva do tópico principal do período, a saber, “as madeiras de lei”.

Outro campo semântico salientemente representativo do conhecimento das coisas, que conferem densidade significativa ao texto de Natércia é o domínio da flora regional ou da botânica em sentido lato.

Sem sair ainda da primeira página do livro deparamo-nos com a menção dos seguintes espécimes vegetais: a carnaúba, o jucá, a ibiraúna, a braúna, o pau-d’arco, a aroeira-do-sertão, o angico, o sabiá-piúga, o cedro, além da expressão genérica madeiras de lei, já referida no tópico anterior.

E mais uma vez podemos observar o expediente estilístico da expansão explicativa para melhor configuração do timbre conotativo dos termos empregados. Assim, não lhe basta a singela indicação serial das aludidas madeiras de lei. O aguilhão da sensibilidade estética impeliu a Autora ao arredondamento do período, em atenção ao sentimento do “esmero” que preside à construção da sua obra de arte. Por isso lemos: “o estipe das carnaúbas, os troncos de jucás da ibiraúna, a braúna – e aqui vem o remate sobressalente: madeira preta dos índios fechada à umidade por ser impregnada de resinas e tanino. O remate expressivo equivale a uma lição de coisas em subsídio ao entendimento cabal da palavra. A “aroeira-do-sertão” não é apenas mais uma das madeiras de lei utilizada na construção da casa, é também: “a árvore da arara, onde esta pousa e vive” – o que lhe confere no espaço textual uma delicada aura poética emergente da conotação telúrica que caracteriza o “hábitat” aludido. O “sabiá-piúga” comparece no rol das árvores mais como pretexto para uma lição de coisas do que como exemplar de madeira para construção.

Passemos agora a um outro universo lexical, o campo semântico da fauna ou, em sentido mais lato, o da zoologia.

Neste domínio tem predominância absoluta o mundo da avifauna ou dos animais de pena. Dos animais de grande porte figura quase tão somente o boi, além do termo genérico “rês”, que compreende tanto o boi, como a vaca e o touro, cujo tipo especial é o “barbatão” mencionado na página 38. De médio porte vem mencionada a onça-parda ou suçuarana, na página 13.

O mundo das aves está bem representado por um contingente bastante significativo. Sem preocupação de exaustividade mencionamos: a coruja, a nambu, os sabiás, as andorinhas, os tetéus, os bacuraus, a saracura, o corrupião, a codorniz, a curicaca, o gavião, a cauã, a seriema, a juriti, a mãe-da-lua, os colibris, e possivelmente alguns outros mais.

Fizemos especial menção, entre os animais de médio porte, da onça-parda, também conhecida pela designação tupi de “suçuarana”. O animal vem mencionado na página 13, associado à representação da morte sob figura de uma fera temerosa dotada de longas unhas e de garras ameaçadoras. Mais do que isso, vem identificado como a antropomorfização de uma mulher misteriosa, uma terrível megera, conhecida no folclore nordestino pela denominação de Moça Caetana. Vem ainda mencionada à página 85, ao lado da Velha-do-Chapéu-Grande, figuração ou personificação da fome.

Essa figuração fantástica, como tantas outras, deve ter como origem o terror pânico característico dos povos primitivos diante das forças incontroláveis ou descontroladas da Natureza misteriosa.

O mito nordestino constitui a matéria do Folheto de nº XLIV do “Romance da Pedra do Reino”, de Ariano Suassuna, objeto de uma recente mini-série da TV – Globo, que, aliás, parece não ter correspondido à expectativa dos idealizadores da referida promoção.

No mencionado texto assim relata o aludido romancista: “Aí (...) creio que adormeci. Porque, quase imediatamente, entrava na sala da Biblioteca uma moça esquisita, vestida de vermelho. O vestido, porém, era aberto nas costas, num amplo decote que mostrava um dorso felino, de Onça, e descobria a falda exterior dos seios, por

baixo dos braços. (...) Em cada um dos seus ombros, pousava um gavião, um negro, outro vermelho, e uma Cobra-Coral servia-lhe de colar. (...) Eu, aterrado, indagava de mim mesmo quem era ela. Mas, no fundo, já sabia: era a terrível Moça Caetana, a cruel Morte sertaneja, que costumava sangrar seus assinalados, com suas unhas, longas e afiadas como garras.”

Entre as aves, merece referência especial, pela imantação mítica que a envolve, a coruja, nuncia e mensageira da morte, designada pela pitoresca denominação de Rasga-Mortalha. Mais uma vez a nossa Autora, utilizando-se do seu processo icástico de clarificação conceitual das coisas, acrescenta: “cujo grito fazia lembrar um pano resistente rasgado com brusquidão.”

Além de mensageira da morte, aparece-nos ainda pelo relato da narradora a curiosa ave agoureira como portadora de uma virtude mágica: a utilização da sua carne como alimento proporciona a aquisição do poder de adivinhação, objeto do mais vivo interesse por parte de grande número de pessoas.

Tal referência, aliás, remete-me aos meus tempos de garoto sertanejo, quando acreditávamos que comer um coração de beija-flor nos faria, a nós caçadores, exímios na pontaria dos nossos tiros de baladeira.

Outra ave tabu que povoava a nossa imaginação fantasista era a mãe-da-lua, à qual alude a Autora entre outros elementos figurativos do mundo dos feitiços e encantamentos da Natureza. Escreve ela: “Mas nada desses enfeitiçamentos faz mal aos homens, nem a pedra-de-raio (...), nem o lamento das aves gritonas, como o da mãe-da-lua.” E mais uma vez tem lugar o processo explicitativo, característico da arte narrativa da Autora: a pedra-de-raio não se reduz a um mero corpo físico indiferenciado da natureza bruta, mas aparece descritivamente personalizada pelas seguintes especificações: é uma pedra “roliça e escura que desce nas rabanadas de chuva, com trovões a ribombar pelos espaços, encravando-se sete palmos no chão.” Está claro que estes sete palmos não são uma medida geométrica ou topográfica mas uma expressão representativa da sacralidade, de natureza ocultista, integrante da crença mágica da numerologia.

Desenvolvimento:

a) A mítica do vento

Como se vai observando, é exuberante a riqueza mítica de que se impregna o texto naterciano.

Com os pés no chão da nossa realidade física e cultural e com a mente em torvelinho na região dos sonhos e da fantasia, consegue a Autora, através da sua “vis poética” invulgar, fazer do seu romance a construção de uma autêntica via pedagógica, transfigurando, e assim valorizando, a realidade das nossas tradições históricas, religiosas ou míticas – patrimônio altamente significativo e, por isso mesmo, digno do nosso empenho pela sua preservação.

Nessa vertente do universo mágico da obra em apreço, destacamos, pela sua onipresença, da primeira até a última página, a invocação do Vento, personificação ou metáforização das forças do Bem e do Mal. Que move, comove ou promove toda a dinâmica da vida dos seres, na terra, nas águas ou nos céus. Não é sem razão que uma das definições do termo reza: Influência malévola ou benévola.

Já assinalamos a presença dessa entidade mágica na primeira linha da obra, quando escreveu a Autora: Fui feita com esmero, contaram os ventos... (p.7)

Na página 8 volta a escrever: “Tenho pé-direito bem alto, diz a Casa, o que ajuda muito os ventos na sua missão de arejo.”

“Arejo” é um deverbais de “arejar” e sinônimo do termo mais usado “arejamento”. Bastante óbvia é essa função do vento aludida no texto. “Ar” e “vento” são termos de significação interremissível e pertencentes à mesma área semântica. É interessante observar que até ocorre a associação de ambos formando no Ceará o composto “ar-do-vento”, como se lê em Gustavo Barroso: “-De que morreu? -De ar do(de) vento.”

Associado a “ar”, “arejo”, “arejamento” e “arejar”, ocorre também a “aragem” com referência ao histórico vento Aracati: “O insólito ocorre na hora das Trindades como a visita breve, agradável, do viajero Vento Araka’ti, ..., com sua “aragem” de mar”(p.15) “Era ele um dos ventos conhecidos e bem-vindos de todo o sertão onde passava com uma brisa boa, _.”

Falando sobre premonições misteriosas de aproximação da morte, relata, na mesma citada p. 15: “Uma das portas abriu-se sem que ninguém a empurrasse e nem a fria “aragem” a tocasse. Os ventos haviam-me alertado que a Morte assim entra nas casas quando, silenciosas e inexplicáveis, as portas se abrem.”

Em toda a tessitura do segmento apresentado transparenta-se a presença do vento revestido não simplesmente da sua função natural de caráter atmosférico, mas animizado pelo que, já na página 8, havia singularizado a Autora pela designação de “MISSÃO de arejo.”

São essas incidências e particularidades sutis que estabelecem a diferenciação qualitativa entre escritores medíocres e escritores de primeira água.

O mesmo comportamento ou visão animista dos fenômenos levou uma vez mais a romancista a escrever que “Os homens subiram em um platô no dia de São Vicente, para ‘espreitar’ os ventos...” (p. 22), como se os ventos fossem uma caça que se aguarda a espirrar da toca ou a cruzar a linha de tiro da arma do caçador.

No parágrafo imediato da mesma página 22, relembra: “Alguém afirmou: ‘Vai-se o tempo com o vento’.” Somos tentados a pensar aqui numa possível reminiscência de leitura por parte da Escritora, remissível à obra cíclica do gaúcho Érico Veríssimo: O Tempo e o Vento.

Verdadeira personagem, faz-se o vento comparsa da Casa, trazendo-lhe informações ou revelando-lhe segredos em intensa colaboração interpretativa sobre os mistérios da vida e do destino.

Existe mesmo uma categoria privilegiada de ventos, entidades “sui generis” de influência circunscrita a alguns espaços vitais, espécie de nichos reservados ao recolhimento interior. São os “ventos-cerceados” de que fala a Autora nas páginas 12, 23, 34, 54, 87 e 89.

No monólogo da página 54, por exemplo, ao aludir às alterações introduzidas na sua estrutura primitiva, assim se queixa a Casa falante: “Restaram as cicatrizes nas paredes cortadas para colocação de encaixes e de centenas de “aviltantes” pregos. E assim depósitos, quartos de despejos, cubículos escuros foram agregados em torno de mim como parasitas. Os ventos-cerceados sentiram comigo as mudanças.”

b) Folclore, crenças e tabus

Outro suporte básico sobre o qual se arrima a estrutura da escrita naterciana é a sua excursão curiosa pelos domínios da cultura popular.

Quase nada lhe escapa do nosso tesouro de crenças, de tradições, de mitos, de fábulas e de relatos fantásticos – quase sempre referidos a pretexto da sustentação dos mecanismos estruturais da sua narração. Por outras palavras, as suas alusões fantásticas constituem matéria-prima para a literariedade do seu discurso.

Entre as várias referências à sacralidade reverencial das doze horas do dia, por exemplo, escreve, representando a fala da Casa: “Meu dono falou aos homens sobre esta Hora-Aberta, a meridiana, hora sem defesa em que os demônios do meio-dia libertam-se.” (p. 10)

A composição do segmento transcrito, longe de representar apenas uma informação despojadamente denotativa, revela-se um texto conotativamente expressivo, não somente pela estruturação formal, como também pela remissão à fonte literária de que procede, o texto bíblico do Salmo 90, onde se encontra a expressão-matriz do demônio meridiano, o demônio do meio-dia: “demonium meridianum”, tantas vezes encontrada na literatura universal.

A alusão à crença de que o assobio atrai o vento acha-se consignada, ainda na página 10, nas seguintes palavras: “Logo senti o afago e a força do vento... Aprendi com o tempo que o som o atraía. (...) Aos longos e chamativos assovios dos meninos ocorrem os ventos gerais... (...) Foram os ventos que me contaram histórias, me deram ciência.”

Não sei se a Autora vivenciou realmente esta lição de coisas ou se a rememora e relata tão bem graças à sua cultura livresca (emprego termo no sentido primordial e tomado à boa parte) e capacidade de expressão.

Uma coisa, na verdade, é necessário que se reconheça e que se proclame: as criações artísticas autênticas participam do influxo inexplicável de forças que transcendem a nossa capacidade de análise. Dependem, como sugere o texto da Autora, dos ventos da inspiração: “Foram eles nos seus cicios, escreve ela poeticamente, que me disseram da magia e força das palavras pronunciadas a desalojar o que está emparedado”. (p. 10-11)

Na impossibilidade material de apontar e comentar o extenso repertório de dados oferecidos à apreciação pela premiada obra em relação ao item Folclore, crenças e tabus, restrinjo-me à mera enunciação dos seguintes itens:

- 01 - O enterramento do umbigo dos recém-nascidos na soleira da porta (lembrar a variante: na porteira do curral) (9-10)
- 02 - O abraço da bananeira infértil dado por um homem para torná-la produtiva (13)
- 03 - O mau-olhado que afeta recém-nascidos e plantas (13)
- 04 - Os dotes possuídos pelas crianças que choraram no ventre da mãe (16-17)
- 05 - Construção da porteira do curral voltada para o nascente (17-18)
- 06 - O dote de felicidade na vida para os empelicados (36)
- 07 - Os sete fôlegos dos gatos (25)
- 08 - A tosquia das tranças e a perda da força (27)
- 09 - Comer fruta inconha provoca parto duplo (34)
- 10 - O cachorro pezunho: o único capaz de farejar e acuar lobisomem (78)

c) Objetos e ações apotropaicos

Integrando esse conjunto de entidades que compõem o vasto universo mítico constitutivo do reino do sonho, ou do imaginário coletivo, impregnado de lembranças atávicas, geradas pelo terror cósmico das eras primordiais, avulta a memória nebulosa de objetos e práticas especiais destinadas a afastar os efeitos maléficos de forças destrutivas que ameaçam continuamente a vida das pessoas e a boa ordem ou conservação do seu patrimônio.

Com efeito, muitas das enfermidades e contratemplos que afligem a existência do homem e o seu entorno – seu gado, sua lavoura, seus pertences – eram creditados à influência de forças misteriosas, provenientes de buracos negros ou de abismos infernais, situados para além das fronteiras do mundo apreensível pelo alcance dos sentidos.

Na expressão da personagem prosopopéica, ou seja, a Casa animizada, pessoa singular que continua a viver por obra e graça da transfiguração poética, o texto de Natércia executa a presentificação desse

pretérito na sua maior parte já extinto, mesmo assim ainda vigente, embora de maneira atenuada, refugiada em esconso e remotos rincões da nossa geografia física ou da nossa geografia humana.

Com efeito, ainda existem numerosas pessoas que, mais ou menos conscientemente, ou mais ou menos sonambulizados pelo entorpecimento de uma tradição multissecular, ainda acreditam na eficácia terapêutica ou curativa de mezinhas mágicas ou de calomelanos milagrosos de virtude panacéica.

Na verdade, nem sempre é tão fácil descrever naquilo em que todos crêem ou em que grande numero põe fé. Sobretudo em se tratando de coisas terrificantes ou temerosas. Ainda há alguns meses assisti pela televisão à entrevista de alguns lavradores no interior de Goiás ou de Mato Grosso, salvo seja, relatando como fato real a existência de lobisomens que aterrorizavam os caçadores e homens corajosos da região. A crença no ente misterioso e aterrorizador desenvolveria facilmente, como desenvolveu, um mecanismo de defesa ou um processo mágico de conjurar a periculosidade da besta-fera. A nossa Autora, à página 77, apresenta a receita mágica para neutralizar o malfazejo: "...a estrela de seis raios, o sino-salomão, feito das palhas bentas que a mãe recebera no Domingo de Ramos". Eis aí as palhas bentas apresentadas como objeto ou instrumento apotropaico.

Já ouviram falar em cachorro pezunho? A palavra pertence ao vocabulário popular do Ceará e não foi ainda registrada pelos dicionários gerais da língua portuguesa. Significa um cachorro que, ao invés de cinco dedos e suas respectivas unhas, apresenta a anomalia de mais um dedo atrofiado, e portando soma seis unhas, de que o povo formou o adjetivo "pezunho", naturalmente resultado de "pés" mais unha.

Pois bem, é a esse animal exótico, anormal, marcado diferencialmente pela natureza a que o homem do povo resolveu recorrer para conjurar ou desencantar o lobo-homem ou lobisomem. Eis a referência precisa da nossa Autora: "Às vezes, o menino tinha vontade de possuir um cachorro pezunho, pois a mãe dissera-lhe ser este o único capaz de farejar e acuar lobisomem." (p. 78).

Para afugentar lobisomens e mulas-sem-cabeça recorre a magia popular a outros elementos e seres da natureza providente.

Assim é que o "fumo" também é referido como possuidor dessa

virtude esconjuratória. Leia-se o seguinte segmento da página 77: “Nos finais de tarde, antes de voltarem (sc. da caçada), a mãe o mandava entrar na mata e colocar “fumo” no oco de uma árvore, para ele se livrar dos falsos sinais e dos desmandos da caipora, guia-de-caça..”

Idêntica virtude ou força apotropaica encerra o “alho”, como se lê na página 18: “Sentia a falta do funcho usado nos defumados, dos chouriços, do “alho” afugentador de doenças e malefícios.”

E que dizer do “espeto de mororó”? Escreve a Autora: “Nas noites de quinta-feira, quando ficava na emboscada das cobras, jamais se apartava do espeto agudo de mororó, de miolo duro como pedra, única arma capaz de desencantar lobisomem.”

Com relação ao canto do galo figuram as seguintes referências dando conta da sua ação apotropaica. Na página 14, lemos: “(...) os galos cantavam afastando os mistérios e os assombros das trevas.” E mais uma vez na página 33, de modo incidental, ao fazer uma observação crítica sobre o que se passa em caráter sigiloso no recesso dos lares, assinala: “(...) nenhum de todos estes assombros, que o canto do galo e a luz dissipam, afeta os viventes, e sim o perpetrado por alguns deles abaixo dos meus telhados, no interior da sua casa.”

IV- CONCLUSÃO:

Minhas senhoras, meus senhores!

Numerosíssimos flagrantes poderíamos apontar ainda da competência e exemplaridade da Autora no artesanato da consonância entre palavras e coisas, bem como na eficiência comunicativa garantidora da captação do interesse no que diz respeito à valorização do nosso patrimônio cultural, consubstanciado na celebração rememorativa das nossas “estórias” de proveito e exemplo.

Como toda obra, também esta que lhes apresentamos, continuará aberta a mais completas e diferenciadas apreciações pela competência de mais argutos analistas das nossas belas-lettras.